

PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO VOLTADAS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS EM FOZ DO IGUAÇU/PR*

Deisiane Leite da Silva Santos¹

João Carlos da Silva²

INTRODUÇÃO

Em âmbito nacional, a trajetória da Educação Infantil (EI) teve início seguindo os modelos europeus, sendo modificada de acordo com os acontecimentos e as especificidades de cada região. No começo, com caráter assistencialista, as crianças das famílias trabalhadoras eram deixadas nas creches, enquanto os pais e as mães trabalhavam, uma vez que a mão de obra feminina foi aumentando gradativamente no mercado de trabalho, ao longo do século XX, em face do processo de industrialização.

Em 1862, em consonância com as normativas vigentes no Brasil e diante da necessidade de formalizar essas instituições para que todas as crianças tivessem o mesmo atendimento educacional pedagógico, foi criado o primeiro Jardim de Infância no estado do Paraná, na cidade de Curitiba.

No decorrer dos anos, o número de crianças atendidas pelas creches aumentou significativamente, sendo preciso ampliar a estrutura e a oferta, chegando aos demais municípios do estado. Coerente com essas adequações, a cidade de Foz do Iguaçu, também começou a estruturar as suas primeiras instituições de ensino. Constatamos, no entanto, a ausência de trabalhos publicados que abordem a constituição da história da EI na cidade.

Nesse sentido, este artigo tem como propósito contribuir com a ciência e as pesquisas acadêmicas congruentes à área da História da Educação Brasileira, por meio de um recorte regional, especificamente municipal, tendo como objetivo apreender o movimento de constituição das primeiras instituições de Educação Infantil, em Foz do Iguaçu. Tal iniciativa se justifica em razão da escassez de trabalhos acerca do tema proposto, e da necessidade de aprofundar mais estudos sobre o tema.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-76-5-0-f.140-154

¹ Graduada em Pedagogia e especialização em Educação Infantil, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste, Campus Cascavel/PR. Contato: deisianeleitedasilvasantos@gmail.com.

² Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Professor do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus Cascavel. Contato: joao.silva@unioeste.br.

Desse modo, abordaremos essas questões em três tópicos: i) com um breve histórico da Educação Infantil no Brasil; ii) com a institucionalização e escolarização no Estado do Paraná, bem como na região Oeste; e, iii) acerca do município de Foz do Iguaçu, no qual destacaremos o contexto histórico e a criação dos três primeiros Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) do município, considerando seus aspectos econômicos, sociais e políticos.

Vale ressaltar que, este trabalho integra a pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UNIOESTE, Campus Cascavel. Constituído de estudos bibliográficos, levantamento de produções acadêmicas acerca do tema, levantamento de fontes documentais junto à Secretaria Municipal de Educação (SMED) e aos Centros Municipais de Educação Infantil.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

O interesse pela Educação Infantil no Brasil surgiu no final do século XIX e início do século XX, com ideias pedagógicas modernas, decorrentes dos países de primeiro mundo nos quais houve a transição e a substituição das ferramentas por máquinas modernas e da força humana pela força motriz. Isso produziu a entrada de mulheres no mercado de trabalho, modificando a forma de cuidar e de educar as crianças nas famílias (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Do aumento do ingresso de membros da mesma família de operários nas fábricas emerge a problemática: onde deixar as crianças enquanto os pais trabalham? Nesse processo, surgem, no Brasil, as primeiras tentativas de estruturação de creches, asilos infantis³ e orfanatos. A partir das iniciativas assistenciais e filantrópicas, articuladas aos interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos. Cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implementação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveriam a constituição de associações assistenciais privadas.” (KUHLMANN JR., 2010, p. 88).

Diante dessa realidade, criou-se em 1905 o Instituto de Proteção à Criança e à Infância do Rio de Janeiro, que tinha o objetivo de atender as mães grávidas e pobres, e dar a assistência necessária aos recém-nascidos. Além dessa instituição, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, precedendo a criação do Departamento da Criança, que

³ “Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa.” (KISHIMOTO, 1988, p. 44).

visava não só fiscalizar as instituições de atendimento à criança, mas, combater o trabalho das mães voluntárias que cuidavam, de maneira precária, dos filhos das trabalhadoras (KUHLMANN JR., 2010).

Com a industrialização no Brasil, a incorporação e o serviço feminino no mercado laboral, o movimento operário ganhou força e começou a reivindicar melhores condições de trabalho e criação de instituições de educação e de cuidados para seus filhos. Para isso, “[...] vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e, também, creches e escolas maternas para os filhos dos operários.” (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

É possível perceber que as instituições de EI apresentavam a intenção de organizar e adaptar a vida das famílias dos operários no crescimento industrial e urbano. Com o intuito de se constituir como uma instituição moderna, a creche, voltada aos cuidados de crianças de zero a três anos “[...] foi vista muito mais do que um *aperfeiçoamento* das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.” (grifo nosso) (KUHLMANN JR., 2010, p. 78). Porém, houve uma diferença de atendimento entre a classe operária e a elite.

Enquanto à classe operária foram ofertadas creches com a ideia de carência e deficiência, à elite foi reservado o Jardim da Infância, com a proposta de educação exclusivamente pedagógica e privilegiada, aspirando à criatividade e à sociabilidade, servindo “[...] como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com asilos e creches para os pobres.” (KUHLMANN, 2010, p. 81).

A partir dos anos de 1980, movimentos sociais, organizações não-governamentais e pesquisadores da área da infância uniram forças e mostraram à sociedade a necessidade e a importância do direito das crianças à educação de qualidade, desde o nascimento. O esforço coletivo dos diversos segmentos pretendia assegurar na Constituição, “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças.” (BITTAR, 2003, p. 30).

No Estado Novo⁴ (1937-1945), o governo assume, oficialmente, as responsabilidades na esfera do atendimento infantil, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), juntamente com o Departamento Nacional da Criança (DNC), em 1940, com o objetivo, sobretudo, de estabelecer as normas para o funcionamento das creches.

Após duas décadas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024, de 1961, vem estabelecer que crianças com idade inferior a sete anos recebessem educação em escolas

⁴ Em novembro de 1937, Getúlio Vargas assume plenos poderes: impõe uma nova Constituição e fecha o Poder Legislativo. Surge o Estado Novo (LOPES, 2020).

maternais ou Jardins de Infância (Art. 23 e 24). Entretanto, somente com a Carta Constitucional, de 1988, o direito foi efetivamente reconhecido. Foi possível comover a maioria dos parlamentares e assegurar na Constituição brasileira o direito da criança à educação.

A pressão desses movimentos na Assembleia Constituinte possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo, ao inserir, na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, o inciso IV: “[...] o dever do Estado para com educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, 1988). As creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. É assegurado, por orientação, que os princípios dessas instituições não são apenas cuidar das crianças, mas, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

Após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre os anos de 1994 e 1996, o Ministério da Educação publica uma série de documentos intitulados: Política Nacional de Educação Infantil (PNEI), com o intuito de estabelecer as diretrizes pedagógicas, de expandir as vagas e de impulsionar a melhoria na qualidade de atendimento.

Além da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, de 1996, que, ao tratar das modalidades e níveis de ensino, definiu a EI como a primeira etapa da Educação Básica, estruturada e pensada para promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Junto à legislação, em 1998, o Ministério da Educação Pública os documentos denominados: i) Subsídios para o Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e ii) Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a fim de implementar práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil (BRASIL, 1998a).

Em 2006, ano da Política Nacional da Educação Infantil (PNEI), diretrizes, objetivos, metas e estratégias foram implementados na EI, orientando a prática pedagógica. Desse modo, são fomentados os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais. Ademais, estabelecem que os “[...] estados e municípios elaborem ou adéquem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional da Educação Infantil.” (BRASIL, 2006, p. 26).

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO OESTE DO PARANÁ

Dentro da configuração da EI no cenário brasileiro, chegamos ao Paraná. Com caráter assistencialista, as instituições tinham como objetivo cuidar das crianças de famílias pobres, seguindo os modelos e a organização do Estado de São Paulo, pois até meados de 1853, o Paraná era província de São Paulo.

Para compreender o desfecho e o processo histórico da educação no Oeste do Paraná, Emer (1991) define quatro termos para identificar as formas de escolarização e modalidades de escola, bem como suas práticas pedagógicas.

A primeira distinção refere-se à prática da escolarização informal, cujas crianças, reunidas em uma residência e com base em objetivos educacionais determinados pelos pais, eram ensinadas a ler, escrever e calcular por alguém com condições mínimas de ensinar. Salientamos que a prática não deve ser considerada como instrução familiar.

Similar à prática educacional anterior, a segunda distinção é a “[...] casa escolar construída e mantida pelo grupo social pioneiro.” (EMER, 1991, p. 215). Sendo uma modalidade educacional particular, sem amparo do poder público, o grupo contratava seus professores dos quais exigiam habilitação e elaboravam sua educação.

Já a terceira distinção é a casa escolar pública dos núcleos urbanos, amparada por ato oficial. A partir da oficialização, os alunos comprovaram sua escolaridade primária mediante exames organizados por órgãos educacionais públicos.

A quarta e última distinção condiz ao grupo escolar. A partir dessa modalidade, os alunos começam a comprovar seus conhecimentos da série atual por meio de exames, para assim poderem passar para a série seguinte. Os conteúdos a serem avaliados são definidos pelo sistema educacional.

O Estado do Paraná foi um dos pioneiros no processo de municipalização da educação. As primeiras escolas de “Jardim da Infância” foram inauguradas no início do século XX, com os grupos escolares “Xavier da Silva”, em Curitiba, e “Vicente Machado”, em Castro, e em Palmeira, a casa escolar “Jesuíno Marcondes”.

No final do ano de 1905, em Curitiba, concluíram-se as obras no antigo edifício do Ginásio Paranaense que receberia a primeira “Escola Jardim da Infância” pública, inaugurada em 1906, com 60 crianças matriculadas. Devido à aceitação pela sociedade paranaense, o inspetor escolar da capital avaliou que havia a necessidade de inaugurar outros estabelecimentos do mesmo gênero. Uma vez que as escolas existentes eram insuficientes e estavam voltadas às crianças de famílias ricas, promover a expansão das instituições atenderia

à demanda da população mais pobre para que tivessem o atendimento com ensino pedagógico necessário (SOUZA, 2009).

Emer (1991) apresenta o processo de escolarização no Oeste do Paraná seguindo uma sequência cronológica e enfatiza que a modalidade de escola evoluiu de acordo com seu contexto histórico e social. Tal evolução será apresentada a partir da contextualização das cidades citadas a seguir.

Em território estadual, Santa Helena é a segunda cidade apontada por Emer (1991), colonizada na década de 1950. Anterior a esse período, havia colonos assentados em Santa Helena⁵ desde 1921, pela Firma Alegretti e, depois de 1926, pela Companhia Espéria.

Nos chamados travessões, foram construídas capelas, utilizadas para a escolarização das crianças que moravam nas proximidades. Informal e sem nenhum ato oficial, eram mantidas pelo próprio grupo colonial, e a professora era uma adolescente razoavelmente escolarizada. Nesse contexto, surge a preocupação de criar os serviços básicos exigidos pelos colonos, e um deles era a escola, uma vez que atrairia novos compradores de lotes rurais. As primeiras escolas municipais rurais foram criadas após a emancipação do município, “[...] grande parte delas no mesmo local onde já existia a escola de travessão dos colonos.” (EMER, 1991, p. 228).

A cidade de Guaíra tem toda sua história ligada à Companhia Mate Laranjeira (EMER, 1991), transformando-se em sede social da empresa com a estrutura necessária para alojar seus funcionários. Após 1917, com as melhorias da estrada de ferro que ligava Guaíra a Porto Mendes, houve o aumento do movimento de pessoas e de cargas entre Porto Epitácio, no estado de São Paulo, e Porto de Guaíra.

Com a vinda de novos moradores com certo nível de escolarização e que não se conformavam em não haver escolas para seus filhos, motivou os diretores da Companhia Mate Laranjeira apoiar uma senhora que ensinava crianças em sua residência, pois a mão de obra era escassa, e com a escolarização mais pessoas estariam qualificadas para trabalharem nos escritórios, com isso, “[...] tudo indica que nos primeiros anos da década de 1920 tenha sido iniciada a escolarização em Guaíra, na modalidade Particular Domiciliar.” (EMER, 2012, p. 40).

Em Catanduvas, a primitiva população era constituída por povoados que viviam nas matas próximas à Guarapuava, os caboclos. Devido às razões histórico-culturais desse

⁵ Após a criação da paróquia em Foz do Iguaçu, Santa Helena recebe assistência pela primeira vez. Em 1930, o Padre José Winks foi liberado de seus compromissos do Grupo Escolar em Foz do Iguaçu, durante sua permanência em Santa Helena, deu aula para crianças no salão de festas, ensinando-as as primeiras letras, considerando-se o funcionamento de algum tipo de escola na referida cidade.

segmento social, não houve reivindicações e nenhuma iniciativa de escolarização. Só passou a existir alguma forma de escolarização no final da década de 1920 (EMER, 2012). O núcleo populacional passou por alterações causadas por três fatores: o primeiro foi a instalação de postos telegráficos; o segundo foi o deslocamento de pecuaristas de Guarapuava e de outras localidades do Paraná para Catanduva, e por último, o “[...] deslocamento de descendentes de imigrantes, pequenos produtores rurais de Santa Catarina (Canoinhas, Moema, e outras localidades - 1932) e das colônias de imigrantes do Paraná.” (EMER, 2012, p. 41).

Ainda nas palavras de Emer (2012), “[...] diferentemente de outras localidades do Oeste do Paraná, que só tiveram escola muito tempo depois da ocupação, Cascavel passou a contar com escola apenas dois anos após a fixação dos primeiros moradores.” (EMER, 2012, p. 42). Como em outros municípios, a referida cidade constrói uma capela em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, e, em 1932, de maneira informal, o local passa a ser utilizado para escolarização das crianças, na modalidade de Casa Escolar Particular, mantida pela população local nos primeiros três anos. Os “[...] primeiros professores (Aníbal Lopes da Silva, Sandálio dos Santos) tinham vínculos com a Comissão de Estradas; outros eram funcionários públicos.” (EMER, 1991, p. 42). Já em 1938, foi criada a Casa Escolar Pública. Em 1947, a Casa Escolar se transforma em Grupo Escolar mantido pelo Estado, assim como o pagamento dos professores.

Com histórias semelhantes, na cidade de Toledo e demais municípios desmembrados dele, foram fundados pela conduta da colonizadora de Maripá.

Em 1946, prestava serviço na paróquia de Foz do Iguaçu o padre italiano Antônio Patuí. A convite da colonizadora, estabeleceu-se em Toledo, junto com os colonos pioneiros e participou da construção de casas e da primeira igreja. Dois anos depois do início da colonização, o padre Antônio Patuí conseguiu convencer três religiosas de Curitiba a se transferir para Toledo, para fundar a primeira escola primária na área da colonizadora Maripá. Nos primeiros meses de 1948 a escola funcionou na igreja. No mesmo ano, foi inaugurado o prédio do Colégio das Irmãs, construído pela população com participação material da colonizadora. (EMER, 2012, p. 43).

Nas demais cidades paranaenses, os primeiros Jardins de Infância funcionavam paralelamente aos asilos infantis e às escolas maternas. Diante do exposto, partindo das informações e constatações apresentadas, e em concordância com Emer (1991, p. 237), “[...] é possível concluir que no período de ocupação do Oeste do Paraná, os núcleos populacionais pioneiros buscaram alternativas para o problema da escolarização, construíram sua escola, a partir de seu próprio contexto social.”.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOZ DO IGUAÇU: PRIMEIROS PASSOS

O Município de Foz do Iguaçu faz fronteiras com outros dois países, Paraguai e Argentina, denominada como “Tríplice Fronteira”, apresentando uma população com diversidades de raças e etnias.

A ocupação em Foz do Iguaçu teve início com a criação da Colônia Militar do Iguassú (1889). Porém, somente com sua emancipação, em 1914, é que surgiu a necessidade de se criar uma casa escolar, fundada e mantida pelo município. Em 1927 foi instalado o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha através do acordo entre o estado e a Igreja Católica, como iniciativa por parte do Estado em institucionalizar a educação no Oeste do Paraná.

Em 1944, foi criado oficialmente o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, sendo o primeiro e único estabelecimento de ensino público do município, posteriormente passou a se chamar Colégio Estadual Bartolomeu Mitre. Atualmente, com “[...] a Resolução 1673/2020 cessou voluntária e definitivamente o Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, a partir de 1º de janeiro de 2020, dando lugar ao 5º Colégio da Polícia Militar do Paraná.” (COLÉGIO, 2020).

Historicamente, a EI em Foz do Iguaçu, segundo uma perspectiva nacional, foi tratada a partir de uma abordagem assistencialista, não sendo considerada prioritária pelos gestores. Com o passar do tempo, a EI alcançou muitos avanços nos estudos teóricos do campo até chegar ao reconhecimento que se tem atualmente, sendo assegurada na legislação com visão educacional. Porém, algumas questões provocam a desvalorização e a falta de reconhecimento dos Centros Municipais de Educação Infantil CMEI's em Foz do Iguaçu/PR, como por exemplo, a promessa em ofertar período integral às crianças para que seus responsáveis possam trabalhar e ter um local onde deixar os filhos, transmitindo um entendimento de assistencialismo e não educacional, uma vez que:

[...] consideramos que a Educação Infantil é integrante da educação escolar e, como tal, responsável pela transmissão planejada dos conhecimentos historicamente sistematizados. Assim sendo, o ensino de EI não pode ser tratado como questão de menor importância, muito menos imiscuído às interpretações, no mínimo, preconceituosas sobre o ato de ensinar e sobre a escola. (ARCE; MARTINS, 2007, p. 7).

Souza e Malanchen (2021) apontam que a transferência da EI da Secretaria Municipal da Assistência Social para Secretaria Municipal de Educação ocorreu somente em 2005, com o Decreto Municipal nº 16.593/2005, a partir do dia 1º de agosto de 2005, “[...] ainda que estivesse prevista na LDB de 1996. Até então, o número de creches era muito limitado e sua

função era acolher as crianças nos horários de trabalho das mães.” (SOUZA; MALANCHEN, 2021, p. 139).

Através do levantamento das datas de inauguração de cada CMEI, identificamos as primeiras instituições de ensino público no município, que pontuaremos a seguir.

A primeira instituição de ensino público a atender crianças foi o atual CMEI Soldadinho de Chumbo⁶, em 1976. Inicialmente, funcionou como centro comunitário por três anos. Após reivindicação da associação do bairro ao prefeito Clóvis Cunha Viana, em 1980, passa a ser implantada, junto ao centro comunitário, a creche para atender as crianças da comunidade, coordenada pelas irmãs do Colégio São José (PPP, 2021b).

No momento em que a Prefeitura assumiu essa instituição, funcionava no local um clube infantil que atendia o total de 120 crianças, 60 em cada período, divididas em duas salas. No contraturno, realizavam-se atividades na horta com a monitoria das professoras Terezinha de Lima e Nadir de Lima (PPP, 2021b).

No dia dez de junho de 1995, na gestão do prefeito Dobrandino Gustavo da Silva, foi inaugurado o Berçário destinado a atender às crianças de zero a dois anos de idade, recebendo o nome da professora Terezinha de Lima, que trabalhava no clube e era voluntária na entidade. Somente em 1997, na gestão do prefeito Harry Daijó, pelo Decreto Municipal nº 11.3779 de 07/07/1997, o CMEI Soldadinho de Chumbo foi oficialmente inaugurado, atendendo crianças de três a seis anos de idade, anexo à creche e ao Posto de Saúde do bairro.

Nas gestões posteriores, o CMEI foi contemplado com reformas de ampliação, o que possibilitou o aumento do número de atendimentos. Além de melhorias com recursos próprios.

Atualmente, o CMEI Soldadinho de Chumbo está localizado na Travessa Bagre, s/n no bairro Profilurb I, na região Sul da cidade (no grande Porto Meira), com o total de 292 alunos, de seis meses a seis anos (de acordo com a data de corte), divididos nos períodos matutino, vespertino e integral (PPP, 2021b).

A segunda instituição foi o CMEI São Francisco, fundada em 10 de junho de 1983, fruto da reivindicação da comunidade local ao Poder Público e ao prefeito Clóvis Cunha Viana para a construção de uma creche no bairro. A princípio, recebia aproximadamente 30 crianças em tempo integral, sendo pioneira e única no bairro.

A creche era gerida pela Secretaria do Bem-Estar Social, vinculada à Secretaria da Saúde e mantida pela LBA (Legião Brasileira de Assistência). Junto à creche mantinha-se a

⁶ O Centro Municipal de Educação Infantil Soldadinho de Chumbo recebeu este nome por causa do livro de literatura infantil “Soldadinho de Chumbo”.

horta comunitária, cuidada por adolescentes do bairro no contraturno, supervisionados por um Técnico Agrícola. As verduras produzidas eram vendidas para a comunidade e o dinheiro era dividido, uma parte era revertida para melhorias da creche, e a outra entre os adolescentes como forma de incentivo ao trabalho (PPP, 2020).

O prédio da instituição passou por três reformas nas gestões posteriores, passando a ser denominada Creche São Francisco, pelo Decreto Municipal nº 13.379, e ampliada após o fechamento do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) localizada no mesmo terreno.

O CMEI São Francisco está localizado na Rua Canindé, 1215, no Morumbi II, na região Leste do município. Considerado o maior CMEI da região em números. Em média, 355 alunos de seis meses a seis anos, divididos nos períodos matutino, vespertino e integral, são atendidos diariamente.

Fundado em 22 de maio de 1988, o CMEI Carlos Gauto, foi a terceira instituição de ensino público a atender crianças, por meio da doação do terreno à Prefeitura Municipal, feita pelo Sr. Antônio Capelani. Inicialmente, 62 crianças dos bairros Vila C, Porto Belo e São Sebastião eram atendidas em uma única sala.

A partir da visita do Padre Luigi Salvucci, em 1997, detectou-se a necessidade de melhorias no prédio da creche. A coordenação, junto com a comunidade, solicitou materiais para a reforma e, na ocasião, receberam ajuda dos moradores do bairro Vila “B” e da Itaipu Binacional, além do lucro resultante das promoções realizadas na instituição. A mão de obra foi novamente doada pelo Sr. Antônio Capelani.

De início, chamava-se Creche São Sebastião, nome do bairro no qual se localiza, porém após a solicitação do presidente da Associação de Moradores na época, com a Lei Municipal nº 2.907 de 04/05/2004, o nome foi alterado para Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Gauto, em homenagem ao morador mais antigo do bairro, conhecido por ser proprietário de grande parte das terras do local.

O CMEI atende 104 alunos, de dois a cinco anos de idade, divididos nos períodos integral, matutino e vespertino. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMEI, é possível observar a necessidade de reforma e ampliação, a fim de suprir a demanda da comunidade (PPP, 2021a).

Quanto aos profissionais que atuavam na Educação Infantil, não havia exigência de escolaridade específica. Apenas em 1991 foi homologado o primeiro concurso público para atendentes de creche, exigindo o Ensino Médio completo.

Com a implementação da LDB 9394/96, a lei maior da educação no Brasil, passou-se a exigir escolaridade mínima do Magistério, as atendentes de creche precisaram voltar aos estudos e se qualificar para atuação em sala de aula, conforme o artigo 61, “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I- professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na Educação Infantil e nos ensinos fundamental e médio.” (BRASIL, 1996).

Reafirmada no artigo 62, a “[...] formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.” (BRASIL, 1996).

Atualmente, Foz do Iguaçu conta com 42 CMEI’s “distribuídos em 40 (quarenta) bairros da cidade e atende um total de 8076 (oito mil e setenta e seis crianças) de zero a cinco anos de idade” (OLIVEIRA, 2020, p.65). Os CMEI’s oferecem atendimento às crianças de seis a cinco/seis anos, pelas modalidades: i) creche, destinada às crianças de zero a três anos, nas turmas de Berçário I e II e Maternal I e II, e ii) pré-escola destinada às crianças de quatro e cinco anos, nas turmas de educação Infantil 4 e 5. Todas as crianças são matriculadas de acordo com a data de corte prevista na legislação atual, por isso as crianças que completam seis anos após 31 de março precisam estar matriculadas na EI.

O período integral está voltado às turmas da modalidade “creche” (Berçário I e II, Maternal I e II), e a jornada parcial à modalidade “pré-escola” (Infantil 4 e 5). Vale salientar que nem todos os CMEI’s oferecem o período integral, embora ofereça a modalidade “creche”.

O quadro de funcionários dos CMEI’s de Foz do Iguaçu é formado “por um diretor, um ou dois coordenadores pedagógicos (de acordo com o número de crianças matriculadas), professores, estagiários dos cursos de magistério e Pedagogia, agentes de apoio, equipe da alimentação (cozinheiras, lactaristas) e equipe de limpeza” (OLIVEIRA, 2020, p.65). De acordo com Oliveira (2020), o número total de professores que atuam nos CMEI’s é de 662. Cabe destacar, que no momento da realização do levantamento de tais informações não havia professores e secretários de escola contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Para atuar na Educação Infantil é necessário que os professores obedeçam ao disposto na legislação: formação em nível superior do curso de Pedagogia, embora o critério de formação em concursos anteriores ao ano de 2016 exigia nível médio no Magistério, nível superior no curso de Pedagogia ou Letras (SOUZA; MALANCHEN, 2021).

A partir do concurso realizado em 2016, criou-se o cargo “agente de apoio”, “[...] exigindo formação de nível médio, não especificamente com formação em Magistério, com extinção do antigo cargo de ‘atendente de creche’, sendo substituído pelos agentes de apoio.” (SOUZA; MALANCHEN, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo objetivamos apresentar o aspecto histórico da institucionalização da Educação Infantil em Foz do Iguaçu/PR. Chegamos à conclusão de que o município não se difere da maioria das cidades brasileiras. Isso porque, os primeiros movimentos e incentivos partem da comunidade onde a instituição está inserida, de acordo com a necessidade dos moradores locais, ou seja, um lugar para acolher as crianças enquanto a família cumpre com seus afazeres trabalhistas, com caráter assistencialista.

É possível perceber os avanços ocorridos no decorrer dos anos, ainda que muito se tenha a percorrer, tanto relacionado às instituições quanto aos profissionais, a fim de promover a educação integral da criança.

Embora as informações relacionadas à história da Educação no município de Foz do Iguaçu sejam escassas e a dificuldade em encontrar dados necessários, identificamos relatos em estudos sobre a escolarização na cidade, não sendo encontrado materiais específicos sobre a criação das instituições com atendimento à criança pequena e dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Corroborando, portanto, com o pensamento de Emer (2021):

Uma questão fundamental é levar em conta que a demanda por educação é sempre do tamanho da necessidade sentida pela sociedade. Essa necessidade é sentida a partir do estágio do desenvolvimento das condições de existência, isto é, do tamanho da necessidade do saber fazer, do saber trabalhar para produzir os meios de vida. Quanto mais desenvolvida é uma sociedade, e mais complexas são as relações sociais que estabelece; quanto mais ciência e tecnologia são utilizadas nas máquinas, equipamentos e instrumentos de trabalho, maior é a necessidade sentida pela população por mais e mais educação. (EMER, 2012, p. 35).

Diante do exposto, concluímos afirmando a importância e a relevância em se pesquisar e entender como teve início o atendimento educacional de crianças de zero a seis anos, considerada a etapa creche e pré-escolar, no município de Foz do Iguaçu/PR.

REFERÊNCIAS

ARCE, A.; MARTINS, L. M. **Quem tem Medo de Ensinar na Educação Infantil?**: em defesa do ato de ensinar. São Paulo: Alínea, 2007.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A.C. Formulação e implementação da política de Educação Infantil no Brasil. *In: Educação Infantil, política, formação e prática docente*. Campo Grande: UCDB, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Planalto do Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 11429, 27/12/1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08 janeiro 2022

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais-orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: , 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 ago. 2020.

Colégio Estadual Bartolomeu Mitre: Breve Histórico. 2020. Disponível em: <https://www.cpmfoz.com.br/historico-do-colegio-bartolomeu-mit>. Acesso em: 16 ago. 2021.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

EMER, I. O. Um pouco da história da educação no Oeste do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 45, p. 34–48, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640106>. Acesso em: 05 jan. 2022.

FOZ DO IGUAÇU - PR. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Decreto 16593/2005**. Foz do Iguaçu, PR [2005]. Transfere as atribuições dos centros de Educação Infantil da secretaria municipal de ação social e assuntos da família para a secretaria municipal da educação.

FOZ DO IGUAÇU - PR. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico CMEI São Francisco**. Secretaria Municipal de Educação. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 2020.

FOZ DO IGUAÇU - PR. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico CMEI Carlos Gauto**. Secretaria Municipal de Educação. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 2021a.

FOZ DO IGUAÇU - PR. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico CMEI Soldadinho de Chumbo**. Secretaria Municipal de Educação. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 2021b.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIMA, P. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: Copyright, 2001.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Contra o arbítrio, pela liberdade**. *Jornal da USP*, n. 831, 2008.

OLIVEIRA, M. A. **Plano Educacional Individualizado e sua Importância para a Inclusão de Crianças Autistas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, 2009, v. 9, n. 33, p. 78-95, 11. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 07 set. 2020.

SOUZA, Gizele de. História da Educação Infantil no Paraná: os jardins-de-infância públicos em cena no limiar das primeiras décadas do século XX. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, v. 32, 2009.

SOUZA, S. K. T. de; MALANCHEN, J. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Infantil. *In*: SILVA, J. C. et al. (org.). **História da Escola Pública no Oeste do Paraná**. Uberlândia: Navegando, 2021. p. 135-148. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-historia-da-escola-publica>. Acesso em: 08 jan. 2022.